Previi - Políticas de Investimentos são revisadas para novo ciclo, de 2019 a 2025

As Políticas de Investimentos, documentos balizadores da gestão da Previi, foram atualizadas. As Políticas de Investimentos são revisadas anualmente com um horizonte de sete anos, levando em conta o trinômio retorno, risco e liquidez. As Políticas trazem as diretrizes que norteiam a aplicação dos recursos da Previi, além da forma como a Entidade trabalhará para atingir seus objetivos de investimentos de 2019 até 2025.

Cada plano de benefícios da Previi tem a sua própria Política, assim como o Plano de Gestão Administrativa (PGA). Um dos principais direcionadores na elaboração dos documentos é a missão da Entidade, de garantir o pagamento de benefícios a todos os associados. Por isso, na construção das Políticas há sempre a premissa da garantia de um fluxo de rendimentos suficiente para o pagamento do complemento da aposentadoria aos participantes. Para isso, são levados em conta cenários econômicos de quatro categorias: base, otimista, pessimista e de estresse. Uma das novidades da revisão para o ciclo 2019-2025 é a utilização de gatilhos, que descrevem as ações a serem tomadas em diversos tipos de conjuntura.

Essas ferramentas trazem mais agilidade ao processo. Um dos exemplos de gatilho é o limite de exposição de derivativos para fins de hedge, um tipo de investimento utilizado para reduzir o risco da oscilação no preço de um ativo, com o intuito de limitar eventuais perdas. Na Renda Variável, o limite de exposição a derivativos era de 10% da carteira. Na Política de Investimentos do Plano 1 para o novo ciclo, esse limite passa a ser de 100%, respeitados os parâmetros da Resolução CMN 4661 (que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar). “Se for necessário, agora a Política do Plano 1 permite que façamos a proteção da carteira em sua totalidade. Isso deixa nossos investimentos ainda mais seguros”, explica a diretora de Planejamento, Paula Goto.

Outro novo gatilho possibilita diferentes estratégias para a migração líquida de Renda Variável para Renda Fixa, o que torna o documento mais aderente à captura das volatilidades dos cenários macroeconômicos. “Isso significa que, se tivermos uma boa oportunidade, podemos vender ou comprar mais ativos nesse segmento, sem interferir na liquidez ou na solvência do

Plano, mas sempre buscando a diminuição na exposição em Renda Variável e desconcentração da carteira. São riscos que já estão mensurados na Política. Esse planejamento de longo prazo traz tranquilidade para aproveitarmos oportunidades, utilizando também movimentos de gestão no curto prazo", complementou o diretor de Investimentos, Marcus Moreira.

Assim como já aconteceu em 2018, as Políticas de Investimentos tiveram seus processos vinculados ao Planejamento Estratégico e Tático da Previ, o que fortalece a governança e a perenidade da Entidade. Os investimentos do Plano de Gestão Administrativa estão preparados para buscar mais rentabilidade, por meio do alongamento da carteira, com o objetivo de dar mais tranquilidade na execução do orçamento da Previ. Isso é um reflexo de um trabalho que já é realizado na Entidade e vem reduzindo despesas nos últimos cinco anos, conforme um dos objetivos estratégicos da Entidade, o de gestão eficiente e eficaz. Como explica Paula Goto: "Queremos fazer cada vez mais e melhor com menos. Ou seja, é preciso reduzir os gastos, mas sem diminuir a qualidade do serviço e do atendimento prestado aos associados".

Alocações mudam pouco

As alocações de investimento sofreram pequenas alterações. A Renda Variável do Plano 1, que tinha um limite mínimo de 43,90% e máximo de 51,90%, agora tem um intervalo de 41,27% a 49,27%, enquanto a Renda Fixa passou de 38,20% a 46,20% em 2018 para 40,83% a 48,83% em 2019. O conceito de desinvestimento líquido permanece. Ao vender participações, a Previ realoca parte dos recursos levantados em novas companhias com expectativa de valorização, bom fluxo de dividendos e elevados padrões de Governança Corporativa. Isso significa diminuir a exposição, por meio da alteração do mix de carteira de Renda Variável, com o objetivo de desconcentrar e, consequentemente, diminuir o risco.

No Previ Futuro, a alocação em Renda Variável foi mantida, com um intervalo de 0% a 60%. Nesse plano, que é de Contribuição Variável, os associados participam mais ativamente da gestão, já que podem decidir o quanto de risco querem correr ao escolher um perfil de investimento entre quatro opções diferentes: Conservador (0% em Renda Variável); Moderado (0% a 20%); Arrojado (20% a 40%) e Agressivo (40% a 60%).

Uma das preocupações da Entidade em relação ao Previ Futuro são os projetos de Educação Previdenciária, que ajudam os participantes a escolher ativamente seus perfis, já que eles

influenciam diretamente suas estratégias de acumulação de recursos. Exemplo de uma dessas ações foi o lançamento em 2018 do Meu Benefício, um serviço inovador disponível no App Previ, que possibilita ao participante escolher um benefício-alvo e comparar até três cenários de planejamento de aposentadoria, definindo aquele mais adequado ao seu momento de vida e às expectativas para o futuro.

Outras mudanças

A Resolução CMN 4661, publicada em maio em substituição à Resolução CMN 3792, traz alterações em relação a controles internos, governança e processo decisório, além de ampliar a definição de obrigações das diversas instâncias de decisão e atribuição de responsabilidades entre dirigentes, assessores e todos os envolvidos no processo decisório. Além disso, existem questões relacionadas à restrição de investimentos diretos em imóveis.

Em função dessa vedação, algumas mudanças apresentadas nas Políticas se destacam, como a redução da meta de rentabilidade do segmento de Imóveis, tanto no Plano 1 quanto no Previ Futuro. Por outro lado, a meta do segmento de Investimentos Estruturados foi aumentada em ambos os planos, em linha com a evolução da maturidade da carteira. Ainda assim, a vedação para novos investimentos em Fundos de Investimentos em Participação (FIP) permanece.

Critérios ASGI

A Previ adota uma série de práticas de governança corporativa e de responsabilidade socioambiental na condução de seus negócios, que também estão presentes nas Políticas de Investimentos. Além da preocupação constante com a aderência à legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar, diversas iniciativas fazem parte da rotina da Instituição, como a observância aos Princípios para Investimento Responsável (PRI), dos quais é signatária, e aos guias de Melhores Práticas para Fundos de Pensão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Em 2018, a Previ lançou o **Guia de Melhores Práticas de ASGI em Investimentos** , com o objetivo de incentivar outras entidades de previdência complementar a incorporarem às suas decisões de investimentos os princípios ambientais, sociais, de governança corporativa e de integridade, conhecidos como ASGI, como já acontece na Previ. O Guia apresenta diretrizes

gerais de investimentos, aplicáveis a todas as classes de ativos, e critérios para a seleção de gestores e de fundos de investimentos. Também são apresentadas diretrizes específicas para o segmento imobiliário.

A Previ reconhece seu papel de influenciadora como investidora institucional e acredita que a utilização das práticas ASGI tende a proporcionar às outras entidades o desenvolvimento de suas estratégias e negócios, com o intuito de propiciar a manutenção de ambientes sustentáveis e favorecer a perenidade dos fundos de pensão, em linha com o cumprimento do dever fiduciário e a missão de pagar benefícios a seus participantes.

Fonte: Previ, em 17.12.2018.